



Foto Jovecy de Freitas

**'A Nação vai mal e não há ninguém que não esteja aflito'**

# Os integrantes do Clube já não recebem os juros

O Brasil suspendeu também o pagamento de juros aos países industrializados que integram o Clube de Paris, revelou ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, fazendo questão de ressaltar que os juros aos bancos comerciais continuam sendo pagos religiosamente. Fontes da área financeira, porém, confirmam que esse pagamento vem sendo feito com até três semanas de atraso.

Por intermédio de seu porta-voz, diplomata Pedro Luís Rodrigues, o ministro da Fazenda disse que o Brasil suspendeu o pagamento da dívida externa com o Clube de Paris logo que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, entregou carta ao presidente daquele organismo, Michel Camdessus, revelando a intenção de negociar a dívida. Galvães disse que essa suspensão de pagamentos inclui não só o principal — como informou Delfim em Paris —, mas também os juros. O total de obrigações do Brasil com o Clube de Paris, este ano, soma US\$ 500 milhões, e no ano que vem mais US\$ 1 bilhão.

O ministro confirmou que possivelmente irá à França no próximo mês, para iniciar formalmente as ne-

gociações com o Clube de Paris. Primeiro, o presidente do Clube, Michel Camdessus, reunirá os representantes dos governos credores do Brasil, e, depois, então, Galvães irá para formalizar o pedido de negociação.

## DÉBITOS DA FAZENDA

O presidente da Comissão de Finanças do Senado, Itamar Franco, solicitou ontem ao Tribunal de Contas da União que levante junto ao Banco Central "todos os instrumentos legais que consubstanciem débitos externos da Fazenda Nacional ou de qualquer forma que responsabilizem na qualidade de garante, fiador ou avalista".

No ofício que dirigiu ao presidente do TCU, ministro Mário Pacini, o senador Itamar Franco lembra que aquela corte tem poderes para requisitar dos órgãos públicos os documentos necessários à melhor avaliação de suas contas, inclusive no assessoramento ao Congresso Nacional à fiscalização dos gastos do Poder Executivo. Ele requereu ainda que o TCU apure se foram observados os limites de endividamento externo previsto na legislação, relativos aos Estados e municípios.